

MULHERES E FUTEBOL NO BRASIL: VOZES QUE NARRAM, CORPOS QUE DRIBLAM, HISTÓRIAS QUE RESISTEM

Recebido em: 30/08/2025

Aprovado em: 06/11/2025

Licença: 

Anderton Taynan Rocha Fonseca¹

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte – MG – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-4894-5201>

Stephanie de Oliveira Souza²

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte – MG – Brasil

<https://orcid.org/0009-0002-1598-4922>

RESUMO: Este artigo analisa a inserção e a resistência das mulheres no futebol brasileiro, historicamente construído como espaço masculinizado. A partir de revisão bibliográfica interseccional, examinam-se experiências de jogadoras, árbitras, narradoras, jornalistas e torcedoras, evidenciando como gênero, raça e classe atravessam processos de exclusão e invisibilização. Ao mesmo tempo, destacam-se práticas de resistência que transformam o futebol em território de afirmação política e de lazer, revelando a necessidade de políticas efetivas que rompam com hierarquias históricas e ampliem o reconhecimento da presença feminina no esporte.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Futebol. Resistência.

WOMEN AND FOOTBALL IN BRAZIL: VOICES THAT NARRATE, BODIES THAT DRIBBLE, STORIES THAT RESIST

ABSTRACT: This article examines the insertion and resistance of women in Brazilian football, historically constructed as a masculinized. Based on an intersectional bibliographic review, it analyzes the experiences of players, referees, commentators, journalists, and fans, highlighting how gender, race, and class shape processes of exclusion and invisibility. At the same time, it emphasizes practices of resistance that transform football into a territory of political affirmation and leisure, revealing the need for effective policies that break with historical hierarchies and broaden the recognition of women's presence in the sport.

KEYWORDS: Women. Football. Resistance.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (2023).

² Mestra em Estudos do Lazer pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG (PPGIEL/UFMG).

Introdução

A presença das mulheres no futebol brasileiro remonta a um percurso histórico atravessado por exclusões, silenciamentos e resistências. Como observa Goellner (2005, p. 143), “há muito tempo as mulheres protagonizam histórias no futebol brasileiro ainda que tenham pouca visibilidade, seja na mídia, no cotidiano dos clubes e associações esportivas, na educação física escolar ou nas políticas públicas de lazer”. Essa participação, entretanto, foi reiteradamente condicionada por interdições legais e discursos normativos que buscaram controlar seus corpos, associando a prática esportiva à masculinização e relegando as mulheres a papéis secundários dentro do campo esportivo.

Conforme analisa Goellner (2005), desde as primeiras décadas do século XX as mulheres já participavam do futebol. Apesar dessa presença contínua, a história oficial do futebol brasileiro pouco registra essas trajetórias, seja pelo silenciamento, seja por representações estereotipadas e erotizadas. A autora destaca que a proibição formal instituída pelo Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, vetou a prática do futebol por mulheres, e que, mesmo após sua revogação em 1979, persistiu um imaginário social que associa o futebol à virilidade masculina, reforçando mecanismos de exclusão.

Nas últimas décadas, conquistas institucionais e maior visibilidade midiática têm sinalizado avanços importantes, impulsionados por pressões internacionais, movimentos feministas e mobilizações de atletas. Todavia, esses progressos coexistem com barreiras estruturais que dificultam o acesso e a permanência das mulheres nos diversos espaços do futebol. A desigualdade salarial, a precariedade das condições de trabalho, a concentração de poder em instâncias dirigidas majoritariamente por homens e a reprodução de estigmas de gênero e sexualidade permanecem como obstáculos significativos à plena participação feminina.

Diante desse contexto, este artigo propõe uma análise crítica e interseccional das múltiplas formas de inserção e resistência das mulheres no futebol brasileiro, tomando como base uma revisão bibliográfica recente que contempla diferentes campos de atuação: jogadoras, árbitras, jornalistas, narradoras e torcedoras. Foram selecionados textos acadêmicos que abordam o futebol sob as perspectivas de gênero, raça, classe e sexualidade, priorizando estudos que dialogam com problemáticas contemporâneas e contribuem para a compreensão das dinâmicas de poder no esporte. Assim, reuniram-se referenciais que articulam aportes teóricos oriundos dos estudos de gênero, da sociologia do esporte e da história cultural. O enfoque interseccional adotado permite analisar como diferentes marcadores sociais operam de forma combinada na produção de exclusões simbólicas e materiais, ao mesmo tempo em que possibilitam a emergência de práticas insurgentes que reconfiguram o futebol como um espaço de visibilidade, pertencimento e afirmação política.

Dessa maneira, para orientar a discussão, recorreu-se a uma revisão bibliográfica exploratória realizada de modo flexível e contínuo. O levantamento não se restringiu a um período, formato ou base de dados específicos, ao contrário, acompanhou o desenvolvimento dos eixos temáticos do artigo e incorporou produções diversas que dialogam com as questões investigadas. Esse procedimento permitiu reunir contribuições de diferentes origens sem abrir mão do rigor necessário à análise.

Em vez de estabelecer previamente um recorte temporal ou um tipo único de documento, optou-se por uma busca aberta, ajustada ao desenvolvimento dos próprios eixos temáticos. Assim, diferentes formatos de produção acadêmica (artigos, capítulos, livros e teses) foram sendo incorporados conforme ofereciam elementos relevantes para aprofundar as discussões propostas. Essa flexibilidade favoreceu um percurso

investigativo sensível às nuances do tema e às múltiplas abordagens presentes na literatura sobre mulheres e futebol.

Embora o percurso adotado tenha possibilitado uma leitura ampla e articulada das discussões centrais sobre mulheres e futebol, reconhece-se que a incorporação de um conjunto ainda mais abrangente de outros estudos podem ampliar as reflexões aqui desenvolvidas. Novas pesquisas, oriundas de diferentes campos disciplinares e perspectivas teóricas, certamente podem enriquecer futuros desdobramentos em relação aos debates propostos através deste artigo, oferecendo outras leituras possíveis sobre os temas debatidos e contribuindo para aprofundar a complexidade que caracteriza as experiências femininas no universo futebolístico.

Neste contexto, a discussão está organizada em seis eixos analíticos. No primeiro, examina-se o silenciamento histórico das mulheres no futebol, evidenciando estratégias de apagamento e controle sobre seus corpos. No segundo, abordam-se as tensões entre o amadorismo periférico e a profissionalização, destacando desigualdades estruturais que atravessam as carreiras de jogadoras. O terceiro analisa a presença feminina na arbitragem; o quarto, os desafios enfrentados por mulheres na narração e no jornalismo esportivo. O quinto volta-se às experiências das torcedoras, discutindo as múltiplas formas de pertencimento e resistência nas arquibancadas ao longo da história. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais argumentos e defende-se a formulação de políticas interseccionais que seriam capazes de transformar as relações de gênero no esporte.

Para a análise desse estudo, a incorporação da perspectiva dos Estudos do Lazer permite ampliar a compreensão acerca das experiências femininas no futebol brasileiro, reconhecendo que essas trajetórias não se restringem ao enfrentamento de estruturas de poder no campo esportivo, mas dizem respeito também ao direito de viver plenamente

práticas culturais que materializam formas de fruição, sociabilidade e afirmação identitária. Conforme Gomes (2014), o lazer é uma necessidade humana e um componente da cultura, constituído pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo e no espaço social, compondo dimensões que atravessam a vida cotidiana de sujeitos e coletividades (Gomes, 2014). Ao considerar o futebol como uma dessas manifestações culturais, torna-se evidente que as exclusões de mulheres desse universo operam também como formas de privação do lazer.

Essa leitura dialoga diretamente com as análises de Lages e Silva (2012), que argumentam que o futebol constitui uma possibilidade de manifestação do lazer, seja na prática esportiva, seja na condição de espetáculo, mobilizando valores, emoções e construções simbólicas que integram a vida social brasileira (Lages; Silva, 2012). Compreender o futebol nessa perspectiva implica reconhecer que o acesso desigual das mulheres a suas práticas não diz respeito apenas à participação esportiva, mas envolve também mecanismos de restrição ao seu direito de vivenciar o lazer como esfera de criação, pertencimento e expressão cultural.

Ao trazer a noção de alquimia do lazer, apresentada por Gomes (2023), torna-se possível interpretar que muitas das ações empreendidas pelas mulheres no futebol, constituem processos de transformação das racionalidades hegemônicas que historicamente subordinaram o lazer às lógicas produtivistas e excludentes. A autora afirma que superar essa lógica é essencial para que o lazer seja assimilado e vivido com outros sentidos, permitindo que sujeitos desfrutem cultural e socialmente da vida cotidiana (Gomes, 2023). Nesse sentido, quando mulheres reivindicam seu lugar em campos, arquibancadas, cabines de transmissão ou espaços de decisão, elas não apenas ocupam posições antes negadas, mas atualizam o próprio sentido de lazer como campo de disputa, criação e emancipação.

Integrar essa perspectiva permite evidenciar que a participação feminina no futebol envolve não apenas a disputa por equidade no esporte, mas também a defesa de um direito social que permanece desigualmente distribuído. Assim, compreender o futebol como prática de lazer e como manifestação cultural amplia o alcance analítico deste estudo, permitindo reconhecer as múltiplas camadas pelas quais as mulheres constroem formas de pertencimento, ressignificam experiências e tensionam estruturas históricas de exclusão ao reivindicar seu lugar no lazer esportivo brasileiro.

O Silenciamento Histórico e Interdições ao Futebol de Mulheres

As primeiras experiências das mulheres com o futebol no Brasil remontam ao início do século XX, quando partidas ocasionais e iniciativas pioneiras começaram a ganhar visibilidade. Apesar da participação crescente, a prática era cercada por críticas morais e médicas, que a consideravam uma ameaça à feminilidade e à ordem social. Nesse contexto, consolidou-se um imaginário que vinculava o futebol à virilidade masculina e tratava a presença feminina como um desvio a ser contido (Goellner, 2005).

O controle institucional desse processo foi cristalizado no Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, que proibiu às mulheres a prática de esportes considerados incompatíveis com sua “natureza”, entre eles o futebol. A interdição vigorou até 1979 e, ainda que sua revogação tenha significado um marco jurídico importante, os efeitos sociais e culturais desse período prolongado de proibição se mantiveram. Mais do que limitar a prática esportiva, o decreto legitimou discursos que associavam o futebol à hegemonia masculina, funcionando como um dispositivo de exclusão simbólica e reforçando a ideia de que o campo esportivo não era um espaço legítimo para as mulheres (Goellner, 2005).

A permanência de tais representações evidencia que o silenciamento das mulheres não se restringiu à lei. Como ressalta Goellner (2005, p. 143):

[...] a associação entre o esporte e a masculinização da mulher atravessa décadas e, mesmo que em muitas situações as atletas tenham saído das zonas de sombra, ainda hoje são recorrentes algumas representações discursivas que fazem a apologia da beleza e da feminilidade como algo a ser preservado (Goellner, 2005, p. 143).

Assim, mesmo quando conquistaram maior visibilidade, as jogadoras foram frequentemente enquadradas em discursos que ora as erotizavam, ora as reduziam à condição de exceção.

No cenário internacional, um marco importante foi a alteração do Estatuto da FIFA³ em 2016, quando a entidade incluiu pela primeira vez a palavra “gênero” em suas proposições. Esse movimento sinalizava a intenção de promover a igualdade e de coibir práticas discriminatórias. No entanto, conforme analisa Almeida (2019), essa conquista, embora simbólica, não se traduziu em mudanças estruturais efetivas, sobretudo no contexto brasileiro.

Segundo a autora, a adesão da Confederação Brasileira de Futebol às novas diretrizes da FIFA ocorreu de modo pouco engajado, funcionando mais como resposta a pressões externas do que como uma política comprometida com a transformação das relações de gênero no futebol. Isso revela a fragilidade de medidas que permanecem restritas ao plano normativo e que não enfrentam de maneira concreta a desigualdade expressa na falta de investimento, na concentração de poder em instâncias masculinas e na desvalorização histórica do futebol praticado por mulheres (Almeida, 2019).

Esse silenciamento também se prolongou no ambiente escolar, espaço decisivo para a socialização esportiva. A Educação Física, em muitos contextos, manteve a

³ Fédération Internationale de Football Association (FIFA). O Artigo 23 do Estatuto da FIFA de 2016 aponta que: “Los estatutos de las confederaciones deberan cumplir con los principios de gobernanza y, en particular, deberan incluir como minimo, determinadas disposiciones relativas a las materias siguientes: [...] constitución de los órganos legislativos de acuerdo con los principios de representatividad democrática, teniendo presente la importancia de la igualdad de género en el fútbol”.

divisão entre práticas esportivas consideradas próprias para meninos e aquelas vistas como adequadas para meninas. Como discutem Medeiros, Belem e Lôde-Nunes (2024), essa lógica contribuiu para reforçar estigmas de gênero, pois o futebol continua sendo associado prioritariamente aos meninos, enquanto as meninas são direcionadas para modalidades vistas como compatíveis com a feminilidade, como o vôlei ou a ginástica. Tal cenário mostra que a escola, em diversas ocasiões, em vez de questionar os padrões excludentes do esporte, frequentemente os reproduz, negando às meninas o acesso pleno ao futebol e às experiências formativas que ele poderia proporcionar.

Mais do que restringir o acesso, esse processo gera impactos de longo prazo. Ao naturalizar que o futebol não seria “esporte de menina”, a escola nesse contexto acaba contribuindo para a perpetuação de desigualdades. Nesse sentido, o ambiente escolar deixa de ser um espaço de democratização do esporte e atua, ainda que de forma indireta, como um dispositivo de exclusão que acompanha as jogadoras ao longo de sua trajetória esportiva (Medeiros; Belem; Lôde-Nunes, 2024).

Assim sendo, ao longo da história o futebol feminino no Brasil ainda enfrenta um contexto de desvalorização estrutural, expresso em desigualdade salarial, em condições precárias de treino e em oportunidades muito inferiores às oferecidas aos homens. Soma-se a isso a persistência de estereótipos que colocam em dúvida a competência técnica das jogadoras, reduzindo sua atuação ao desempenho físico ou ao apelo estético (Medeiros; Belem; Lôde-Nunes, 2024).

Além disso, as jogadoras são frequentemente alvo de homofobia e lesbofobia, associando-se a prática do futebol à masculinização e questionando-se sua feminilidade. Essa visão não apenas marginaliza, mas também expõe as atletas a processos de vigilância moral e à erotização de seus corpos, reduzindo-as a objetos de consumo midiático e afastando o foco de sua performance esportiva (Medeiros; Belem; Lôde-

Nunes, 2024). Tais práticas reforçam que o preconceito contra o futebol feminino é multifacetado e atravessa tanto dimensões simbólicas quanto materiais, afetando o acesso, a permanência e o reconhecimento das mulheres no esporte.

Ao analisar esse percurso histórico também pelo viés do lazer, é possível perceber que as interdições legais e os preconceitos sociais não impactaram apenas o alto rendimento, mas limitaram sobretudo o direito das mulheres de vivenciar o futebol como prática cotidiana de diversão, sociabilidade e pertencimento. O veto legal de 1941, por exemplo, impediu não apenas a organização de equipes oficiais, mas também restringiu o acesso a espaços comunitários, com o objetivo de reforçar que o futebol não lhes pertencia nem como brincadeira ou forma de lazer.

Mesmo após a revogação da proibição, as barreiras simbólicas e materiais dificultaram o ingresso das mulheres em quadras, campos e praças esportivas. A erotização e a deslegitimação de suas práticas reforçaram a ideia de que o futebol feminino seria sempre secundário, inclusive no âmbito do lazer. Isso contribuiu para que muitas mulheres só conseguissem experimentar o futebol em ambientes restritos, informais ou clandestinos, revelando que a exclusão do esporte também esteve diretamente articulada à negação do lazer esportivo.

Em síntese, o percurso histórico do futebol de mulheres no Brasil revela uma trajetória marcada por interdições legais, apagamentos simbólicos e práticas sociais que, embora tenham se transformado ao longo do tempo, ainda hoje produzem desigualdades. O silenciamento das mulheres no futebol, portanto, não pertence apenas ao passado, mas se reinscreve continuamente em discursos e práticas que limitam suas possibilidades de inserção e reconhecimento.

Assim sendo, a leitura histórica das interdições ao futebol de mulheres revela também um processo de supressão do lazer feminino, uma vez que práticas socialmente

vividas como fruição, convivência e expressão cultural foram restringidas por normas morais e jurídicas. Gomes (2023) observa que as manifestações culturais que constituem o lazer são vivenciadas como desfrute e fruição da cultura, e que seus sentidos dialogam diretamente com valores e interesses dos sujeitos em cada contexto social (Gomes, 2023). Nesse contexto, impedir que mulheres participassem do futebol significou restringir seu acesso a uma prática cultural que mobiliza afetos, sociabilidades e identidades, privando-as de experiências de lazer fundamentais à vida cotidiana.

A compreensão dessas interdições também se aprofunda quando o futebol é reconhecido como prática cultural de forte enraizamento social. Como afirmam Lages e Silva (2012, p. 2), “o futebol é uma maneira de expressão da sociedade brasileira e um meio do cidadão nacional experimentar suas emoções mais profundas”, articulando sensações, vínculos e experiências que constituem o cotidiano. Ao impedir que as mulheres participassem desse território cultural, restringiu-se não somente o acesso a uma modalidade esportiva, mas também a vivências emocionais, estéticas e sociais que estruturam o lazer no país. Assim, as interdições legais e simbólicas funcionaram igualmente como barreiras que limitaram o direito das mulheres de acessar e produzir experiências de fruição, pertencimento e expressão no universo futebolístico.

Entre o Amadorismo Periférico e a Profissionalização Simbólica

O futebol de mulheres no Brasil sempre caminhou entre dois polos contrastantes. De um lado, está o cotidiano das periferias, onde meninas e mulheres negras encontram no jogo um espaço de lazer, pertencimento e resistência, mesmo em condições precárias. De outro, está o discurso de profissionalização, que ganha força em eventos

mediáticos e institucionais, mas que na prática pouco transforma as realidades vividas pela maioria das jogadoras.

Pesquisas recentes ajudam a iluminar essas contradições. Martins, Silva e Vasquez (2021) mostram que o perfil majoritário das praticantes de futebol no Brasil é composto por mulheres negras e de baixa renda, realidade que rompe com a ideia de que o futebol feminino estaria ligado a um público restrito das classes médias urbanas. Essa presença, no entanto, ocorre em contextos de maior desigualdade: falta de estrutura, ausência de categorias de base e menor acesso a políticas públicas. Como apontam os autores, compreender o futebol feminino implica necessariamente enegrecer sua narrativa, reconhecendo a centralidade das mulheres negras na construção da modalidade.

Esses dados dialogam com a análise de Martins, Delarmelina e Souza (2024), que ressaltam como a prática do futebol feminino, no cotidiano, acontece em campos improvisados, em quadras comunitárias ou em espaços cedidos, quase sempre sem acompanhamento profissional. Nesses territórios, o futebol se configura menos como uma carreira estruturada e mais como um direito ao lazer que precisa ser constantemente afirmado. A precariedade material, expressa na ausência de uniformes, equipamentos e apoio técnico, reforça simultaneamente um preconceito simbólico que insiste em colocar o futebol de mulheres como algo “menor”, secundário diante da versão masculina.

Essas desigualdades ficam ainda mais evidentes quando se observa a forma como a profissionalização do futebol feminino é tratada no Brasil. Gomes (2025) lembra que, embora a modalidade tenha conquistado espaços importantes e maior aceitação social, o reconhecimento ainda é limitado por estereótipos de gênero. “Apesar do progresso, ainda persistem estereótipos que desvalorizam a participação das

mulheres no futebol. Isso inclui a crença de que o futebol feminino é menos emocionante ou competitivo em comparação com o masculino” (Gomes, 2025, p. 66). Essa visão desqualifica o desempenho esportivo das jogadoras e reforça a lógica de que o futebol praticado por mulheres teria menos legitimidade.

A visibilidade, quando ocorre, é atravessada por disputas. Mesmo que a mídia tenha ampliado sua cobertura em eventos recentes, essa presença continua desigual. A autora aponta que “embora tenha havido avanços na cobertura midiática do futebol feminino, a visibilidade ainda é limitada em comparação com o futebol masculino” (Gomes, 2025, p. 66). Isso significa que a profissionalização segue apoiada em marcos episódicos, como Copas do Mundo e Jogos Olímpicos, em vez de ser sustentada por um projeto contínuo de valorização da modalidade. Nesse contexto, o reconhecimento se concentra em algumas figuras de destaque, como Marta, enquanto a grande maioria das atletas continua enfrentando condições de amadorismo.

As consequências dessa baixa visibilidade são diretas sobre as carreiras das jogadoras. Como explica Gomes (2025, p. 66), “a falta de exposição midiática dificulta a promoção das jogadoras e o desenvolvimento de uma base de fãs. Isso também afeta a capacidade das jogadoras de se tornarem modelos e influenciadoras para outras mulheres e meninas”. Sem espaço constante nos meios de comunicação, o futebol de mulheres se mantém em posição secundária, com menos oportunidades de patrocínio e de construção de referências que alimentem novas gerações.

A desigualdade também se revela nas condições de treino e de competição. Segundo Gomes (2025, p. 66), “a falta de infraestrutura adequada para treinamento e competições é um desafio persistente para o futebol feminino. Isso inclui campos de treinamento de qualidade, acesso a equipamentos e instalações esportivas adequadas”. Essa carência, somada à falta de apoio técnico e de recursos básicos, evidencia que a

profissionalização está longe de atingir todas as atletas, concentrando-se em poucas estruturas privilegiadas.

A precariedade estrutural não apenas limita o desempenho, mas também bloqueia o desenvolvimento pleno das jogadoras. Como observa a autora, “a ausência dessas condições impede o desenvolvimento das jogadoras e limita o potencial do futebol feminino” (Gomes, 2025, p. 66). Essa constatação mostra que, mesmo diante de vitórias simbólicas, como maior presença em transmissões televisivas e reconhecimento de algumas atletas de elite, a modalidade permanece atravessada por desigualdades que inviabilizam sua consolidação como prática profissional plena.

Assim, as tensões entre o amadorismo e a profissionalização no futebol feminino expressam um paradoxo: as atletas são celebradas em certos contextos, mas continuam submetidas a condições precárias em seu cotidiano. A luta pela profissionalização passa, portanto, não apenas por conquistas no alto rendimento, mas pela garantia de estrutura, investimento e políticas de base que deem às jogadoras condições reais de trabalho e de permanência na modalidade. É nesse ponto que o futebol de mulheres se revela, simultaneamente, um espaço de resistência no lazer comunitário e de reivindicação por igualdade no cenário profissional.

As trajetórias que se desenvolvem nas periferias evidenciam como o futebol feminino se sustenta, antes de tudo, como prática cultural e experiência de lazer. Práticas corporais, jogos e interações coletivas são expressões cotidianas do lazer que se enraízam nos modos de vida das comunidades. Assim, quando meninas e mulheres ocupam campos improvisados ou quadras comunitárias, o fazem não apenas movidas pelo desejo de competir, mas pela construção de vínculos afetivos, pertencimentos e formas de fruição que se afirmam apesar das condições precárias.

Essa dimensão se torna ainda mais evidente ao reconhecermos que o futebol é historicamente uma das práticas de lazer mais difundidas entre grupos populares. Salles (1998), destaca que o futebol tornou-se uma das maiores práticas de lazer, experimentadas, principalmente, pelas classes de menor poder aquisitivo (Salles, 1998). Desse modo, a centralidade das periferias no desenvolvimento do futebol feminino não representa uma etapa preliminar ou marginal, mas um núcleo constitutivo da modalidade. Nesses territórios o futebol de mulheres renova suas formas de existência e se articula como prática de lazer que desafia desigualdades estruturais.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que o contraste entre o amadorismo periférico e a profissionalização simbólica não se resume a questões de investimento, mídia ou infraestrutura. Ele diz respeito também ao reconhecimento das práticas populares como fundamentos legítimos do futebol feminino. Se a profissionalização ainda se concentra em poucos espaços e depende de eventos de visibilidade esporádica, o cotidiano das mulheres nas periferias revela uma constância silenciosa, sustentada pelo lazer, pela criatividade e pela resistência. Compreender essa base cultural é essencial para pensar políticas que valorizem, simultaneamente, a profissionalização efetiva e as práticas de lazer que moldam a modalidade desde suas margens até seus espaços institucionais.

Arbitragem e Gênero: Disputas de Poder e Reconhecimento

A presença feminina na arbitragem do futebol brasileiro revela contradições semelhantes às enfrentadas pelas jogadoras. Ainda que mulheres tenham alcançado espaço nesse campo, sua trajetória continua permeada por resistências. Como analisam Monteiro *et al.* (2020), a entrada na carreira é marcada por tutelas e mediações, já que muitas árbitras narram ter sido incentivadas ou autorizadas por figuras masculinas para

ingressar nos cursos de formação. Esse processo expõe como a legitimidade de sua presença no apito é constantemente condicionada à chancela dos homens.

Outro obstáculo recorrente é a dificuldade de ascender a partidas de maior relevância. Mesmo quando possuem qualificação técnica, experiência acumulada e reconhecimento entre pares, as árbitras raramente são escaladas para jogos decisivos do futebol masculino. Monteiro *et al.* (2023) observam que a designação das mulheres se concentra, na maior parte das vezes, em categorias de base, torneios femininos ou partidas consideradas de menor visibilidade. Isso perpetua uma hierarquia simbólica que restringe o protagonismo feminino à margem da cena principal do futebol.

As formas de desvalorização ultrapassam o desempenho técnico e se expressam no tratamento cotidiano dentro e fora de campo. As árbitras relatam ser alvo recorrente de comentários depreciativos vindos de torcedores, atletas e dirigentes, que questionam sua autoridade e colocam em dúvida sua legitimidade no exercício da função. Esse escrutínio é mais severo do que aquele dirigido aos árbitros homens, revelando que o julgamento sobre sua atuação não se baseia apenas em critérios objetivos (Monteiro *et al.*, 2023).

Essa hostilidade atinge diretamente a legitimidade do trabalho das árbitras, já que o julgamento sobre seus desempenhos frequentemente é atravessado por preconceito de gênero. Como destacam Monteiro *et al.* (2023), a atuação das árbitras não é avaliada apenas por critérios técnicos, mas sofre influência de estereótipos que colocam em dúvida a sua competência pelo simples fato de serem mulheres. Essa constatação reforça que os comentários depreciativos não se limitam a uma crítica esportiva, mas cumprem o papel de reiterar fronteiras simbólicas que procuram manter o futebol como território masculino.

Tais adversidades não se restringem ao ambiente de jogo. A falta de reconhecimento institucional traduz-se em baixa remuneração, ausência de perspectivas de carreira estável e dificuldades para conciliar a arbitragem com outras atividades profissionais. A maioria das árbitras não consegue viver exclusivamente do apito, sendo obrigadas a dividir seu tempo entre a função e outras ocupações para garantir sustento, o que impacta diretamente sua dedicação e continuidade na profissão (Monteiro *et al.*, 2020).

Apesar dos obstáculos, as narrativas também revelam práticas de resistência. As árbitras constroem redes de apoio e solidariedade que lhes permitem compartilhar experiências, fortalecer vínculos e produzir um senso de pertencimento. Esse movimento coletivo funciona como estratégia para enfrentar o isolamento e reafirmar sua legitimidade no espaço esportivo (Monteiro *et al.*, 2023). Ao mesmo tempo, as trajetórias individuais de pioneiras que alcançaram destaque nacional e internacional tornam-se referências inspiradoras para novas gerações, demonstrando que o apito em mãos femininas é também uma forma de ocupar simbolicamente territórios antes interditados.

Essas redes, como observam Monteiro *et al.* (2023, p. 52), são fundamentais para que as árbitras encontrem reconhecimento entre seus pares e possam transformar experiências individuais em força coletiva. Ao compartilharem vivências e estratégias, elas elaboram mecanismos de resistência que atenuam a solidão e possibilitam maior permanência no campo esportivo. Dessa forma, o apoio mútuo se consolida não apenas como espaço de troca, mas como ferramenta política de afirmação diante da exclusão e da vigilância institucional.

Assim, a arbitragem se apresenta como um dos espaços mais resistentes à igualdade de gênero no futebol. Para além da técnica, exige das mulheres um esforço

contínuo de reafirmação de sua autoridade em meio a preconceitos, hostilidades e exclusões institucionais. O apito, quando conduzido por árbitras, transforma-se em um instrumento de disputa e resistência, marcando a presença feminina em um campo historicamente construído como masculino.

Dessa maneira, a leitura da arbitragem pela perspectiva do lazer evidencia que a presença feminina no apito não envolve apenas o domínio técnico, mas a ocupação de um espaço cultural marcado por disputas simbólicas. Gomes (2004), ao pensar o lazer como “a vivência de inúmeras práticas culturais, como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte, dentre outras várias outras possibilidades” (Gomes, 2004, p. 124), permite compreender que a atuação das árbitras representa também a entrada das mulheres em uma prática cultural historicamente delimitada por fronteiras de gênero. Assim, a dificuldade de legitimação enfrentada por elas evidencia não apenas desigualdades profissionais, mas processos de exclusão que limitam seu direito de participar plenamente de experiências culturais e de lazer vinculadas ao futebol.

Esse entendimento dialoga com a concepção de futebol como fenômeno sociocultural, apresentada por Lages e Silva (2012), para quem ele é capaz de influenciar diversas esferas culturais e articula sentimentos, identidades e práticas do cotidiano. No caso da arbitragem feminina, isso significa que a dificuldade de ascender na carreira e de obter reconhecimento extrapola o campo esportivo e reflete a resistência social em aceitar mulheres exercendo autoridade em um espaço culturalmente construído como masculino. Dessa forma, a atuação das árbitras não apenas tensiona as hierarquias simbólicas do futebol brasileiro, mas amplia o debate sobre quem tem direito de protagonizar o lazer esportivo em sua totalidade.

A Voz que Narra, a Voz que Incomoda

No futebol, a palavra que narra também carrega marcas de exclusão. As primeiras mulheres que ousaram ocupar a cabine de transmissão se depararam com barreiras simbólicas e institucionais. Pacheco (2020) destaca que a cabine é percebida como um território de poder, onde se define não apenas a forma de descrever o jogo, mas também quem tem legitimidade para conduzir a emoção coletiva. Nesse sentido, muitas narradoras relatam sentir que sua presença ali é vista como intrusa e indesejada, revelando a persistência de uma cultura que naturaliza a exclusividade masculina sobre o ato de narrar.

A resistência à voz feminina se manifesta na forma como ela é avaliada. Pacheco (2020) mostra que narradoras frequentemente percebem seus timbres como inadequados para o futebol, seja por serem considerados agudos ou destoantes do padrão tradicional da narração masculina. Essa percepção está ligada a estereótipos de gênero que associam o tom grave à autoridade e à credibilidade, enquanto classificam a voz feminina como cansativa ou frágil. Dessa maneira, critérios culturais e subjetivos acabam funcionando como filtros que dificultam a legitimação das mulheres no microfone. Como lembra Pacheco (2020, p. 649):

[...] a narração esportiva — a de futebol, principalmente — continua sendo majoritariamente masculina. Raramente as palavras e as vozes das mulheres são ouvidas nas transmissões das partidas ao vivo na televisão ou no rádio: uma comentarista de arbitragem aqui, uma repórter de campo acolá, mas quase nenhuma narradora (Pacheco, 2020, p. 649).

Esse diagnóstico revela que a exclusão não é fruto de escolhas individuais, mas de uma cultura esportiva que historicamente associou emoção, técnica e credibilidade à voz masculina. Nesse sentido, a narração reproduz imaginários sociais que, ao mesmo tempo em que celebram o futebol, restringem a pluralidade de quem pode contá-lo.

A pressão se acentua pelo medo constante da exposição e da ridicularização pública. Como mostra Pacheco (2020, p. 649), as mulheres apontam “o medo de errar, de ser ridicularizada e de ter os equívocos amplificados” como um dos fatores que mais afastam narradoras iniciantes da continuidade na função. Um erro técnico, que em homens tende a ser relativizado, em mulheres é transformado em prova da suposta incapacidade de ocupar a cabine. Isso revela como a misoginia vocélica opera na forma de vigilância permanente, impondo um esforço redobrado para legitimar sua presença. Essa desvalorização também pode ser observada na cobertura midiática. Lourenço *et al.* (2022) identificam que, embora a Copa do Mundo de 2019 tenha recebido maior atenção do que edições anteriores, a quantidade de matérias produzidas sobre o torneio feminino foi significativamente menor que a dedicada às competições masculinas. Para os autores, essa diferença quantitativa expressa a permanência de uma hierarquia de gênero na produção jornalística esportiva, que ainda privilegia amplamente o futebol de homens.

Nesse cenário, cada narradora ou jornalista que ocupa o espaço de fala tensiona esse modelo hegemônico. Pacheco (2020) defende que a transformação da narração esportiva exige a subversão do padrão masculino dominante, abrindo espaço para que novas sonoridades expressem a experiência feminina no futebol. A luta pelo direito à palavra, portanto, é também uma luta pelo reconhecimento cultural e simbólico da modalidade.

Essa leitura ganha força ao dialogar com a concepção de lazer como vivência cultural situada. Gomes (2023) observa que as práticas de lazer “são vivenciadas como desfrute e fruição da cultura” (Gomes, 2023, p. 47), o que permite compreender que narrar um jogo é também uma forma de produzir sentidos, memórias e pertencimentos no futebol. Ao negar legitimidade à voz feminina, limita-se não apenas sua participação

profissional, mas sua possibilidade de integrar plenamente a dimensão cultural do lazer esportivo. Desse modo, a entrada das mulheres na narração não representa apenas ocupação de um posto de trabalho, mas a afirmação de seu direito a participar da construção simbólica e afetiva que molda a experiência futebolística no Brasil.

Mulheres nas Arquibancadas: Múltiplas Vozes e Disputas de Pertencimento

A trajetória das mulheres como torcedoras no Brasil é antiga, mas por muito tempo foi invisibilizada. Desde os primórdios do futebol, sua presença nas arquibancadas foi tratada de forma marginal, quase sempre narrada por estereótipos. A pesquisa de Lima (2021), que analisou a imprensa paulista no início do século XX, mostra que mulheres negras frequentavam os estádios, mas eram raramente reconhecidas como sujeitos legítimos. Quando apareciam, as representações estavam carregadas de moralização e preconceito racial, associando-as a padrões considerados inadequados. Assim, enquanto as mulheres brancas da elite eram exaltadas como “musas” da arquibancada, as mulheres negras eram retratadas como um oposto desse ideal. Esse contraste evidencia como racismo e sexismo se combinaram desde cedo na configuração das torcidas.

Ao longo do século XX, consolidou-se uma cultura torcedora que associava a autenticidade e a legitimidade ao masculino. A figura do torcedor “verdadeiro” foi vinculada à virilidade, ao fanatismo e até à violência, de modo que a torcedora aparecia quase sempre como acompanhante, inspiração estética ou curiosidade. Essa visão reduzia a pluralidade das experiências femininas, reforçando a ideia de que a arquibancada seria território exclusivo dos homens.

Estudos mais recentes, no entanto, têm recuperado essas presenças e evidenciado sua diversidade. Araújo (2022), ao analisar torcedoras do Vasco da Gama, mostra que

não existe uma identidade única de “mulher torcedora”, mas uma multiplicidade de formas de se relacionar com o clube e com o estádio. Essas experiências são atravessadas por elementos como classe social, escolaridade e vínculos institucionais, que produzem diferentes modos de pertencimento. Nesse sentido, o ato de torcer pode significar tanto a busca por sociabilidade e lazer quanto uma forma de engajamento político e institucional.

Essa pluralidade, contudo, não elimina os conflitos. Araújo (2022) ressalta que, se algumas torcedoras rejeitam a violência muitas vezes associada às torcidas organizadas, outras a incorporam como parte do ethos torcedor, revelando que a experiência feminina não é homogênea. A figura da sócia-torcedora, por exemplo, expressa ao mesmo tempo a mercantilização do torcer e a possibilidade de autonomia feminina na vida dos clubes. Em qualquer caso, o que emerge é a capacidade das mulheres de negociar e ressignificar seus modos de pertencimento às arquibancadas.

Martins, Delarmelina e Silva (2022) ampliam esse debate ao analisar a inserção das mulheres na chamada cultura fanática do futebol. As autoras evidenciam como a autenticidade das torcedoras é constantemente colocada em dúvida, como se sua paixão pelo clube precisasse ser justificada ou testada. Essa suspeita recai sobre sua legitimidade como torcedoras “verdadeiras”, reforçando fronteiras de gênero que organizam a experiência da arquibancada.

A resposta a esse processo tem sido marcada por formas de resistência e visibilidade. Segundo Martins, Delarmelina e Silva (2022), mulheres torcedoras têm criado coletivos femininos, produzido faixas, hashtags (#DeixaElaTorcer) e realizado encontros nacionais, espaços em que compartilham experiências e articulam reivindicações. Esses movimentos não apenas denunciam práticas de assédio e exclusão, mas também afirmam que diferentes feminilidades podem compor o universo do torcer.

Essa disputa em torno da legitimidade também aponta para transformações na cultura torcedora. Ao reivindicarem reconhecimento, as torcedoras questionam a ideia de que a paixão autêntica depende de códigos de masculinidade. Afirmam, em contrapartida, que torcer pode ser vivido de múltiplas formas, atravessadas por experiências de gênero, raça e classe. Nesse sentido, a arquibancada se torna espaço de refazer não apenas as práticas de torcer, mas também as representações de gênero no futebol.

A compreensão da presença feminina nas arquibancadas se aprofunda quando a situamos como prática de lazer enraizada no cotidiano brasileiro. Faria (2008) destaca que o torcer constitui uma forma de participação unânime no universo futebolístico, assumindo estreita relação com o cotidiano dos brasileiros (Faria, 2008). Isso significa que, ao ocupar os estádios, as mulheres não apenas assistem a uma partida, mas participam de uma prática cultural compartilhada que estrutura vínculos, identidades e sentidos de pertencimento. As experiências femininas nas arquibancadas, marcadas por afetos, celebração, tensão e engajamento, revelam que o torcer é um espaço legítimo de vivência do lazer, mesmo quando atravessado por hostilidades e barreiras simbólicas.

Dessa maneira, é evidente que o machismo e o racismo estrutural atravessam a experiência das torcedoras desde os primórdios do futebol no Brasil e continuam se manifestando no presente em diferentes formas. Lopes, Dantas e Silva (2024) mostram que o estádio ainda é percebido pelas torcedoras como um ambiente hostil, marcado por assédio e constrangimentos. A pesquisa evidencia que, para continuar frequentando os jogos, muitas mulheres elaboram estratégias de sobrevivência, como mudar sua forma de vestir ou escolher determinados setores do estádio. Ainda que funcionem como mecanismos de proteção, essas escolhas revelam a necessidade de constante vigilância, o que compromete a vivência plena do lazer.

Os relatos analisados por Lopes, Dantas e Silva (2024) deixam claro que, mesmo diante dessas barreiras, o ato de torcer permanece como prática de resistência. Estar no estádio, para muitas mulheres, significa afirmar sua paixão pelo futebol em meio a um ambiente que insiste em desautorizá-las. É nesse tensionamento entre prazer e risco que se revela a dimensão política do torcer feminino: cada presença feminina na arquibancada desafia simbolicamente a hegemonia masculina e afirma o direito das mulheres ao espaço público do futebol.

Desse modo, a história das torcedoras no Brasil revela um percurso marcado por invisibilizações, resistências e reinvenções: das mulheres negras representadas de forma moralizante pela imprensa no início do século XX às torcedoras contemporâneas que denunciam o assédio e organizam coletivos femininos, passando por diferentes modos de pertencimento nos clubes e nas torcidas organizadas. Esse percurso evidencia que as arquibancadas não são apenas lugares de apoio às equipes, mas também territórios de disputa simbólica, onde se constroem novas identidades e se contestam antigas hierarquias de gênero e raça.

Portanto, compreender a participação das mulheres como torcedoras é reconhecer que elas sempre estiveram presentes na construção da cultura futebolística brasileira, ainda que muitas vezes silenciadas ou marginalizadas. Enfrentando preconceitos de gênero e de raça e, simultaneamente, criando formas de engajamento e resistência, essas mulheres vêm configurando as arquibancadas em territórios de transformação social, pertencimento e afirmação política.

Ao desafiar barreiras simbólicas, as torcedoras reivindicam o direito de ocupar o lazer futebolístico como território legítimo de participação social, onde a fruição não se restringe ao espetáculo, mas se materializa em experiências de sociabilidade, emoção compartilhada e construção de sentidos. Ao inscreverem seus

corpos e vozes nas arquibancadas, elas transformam esses espaços em arenas de visibilidade e resistência, tensionando códigos de pertencimento historicamente moldados pela masculinidade. Nesse processo, o torcer deixa de ser apenas o acompanhamento ritualizado do clube e passa a constituir uma prática cultural em que se produzem identidades, memórias e afetos. Assim, ao afirmarem sua presença nesse cenário, as mulheres ampliam as fronteiras do lazer esportivo, convertendo as arquibancadas em um campo de afirmação política e reconstrução simbólica, no qual reivindicam não apenas o direito ao futebol, mas o direito de viver plenamente a experiência do lazer em sua dimensão cultural e coletiva.

Considerações Finais

Ao longo do artigo, buscou-se evidenciar que a presença das mulheres no futebol brasileiro, longe de ser episódica, constitui uma dimensão estruturante da própria história da modalidade. Das jogadoras às árbitras, das narradoras às jornalistas, das torcedoras às ativistas, o que se vê é uma trajetória marcada por silenciamentos e exclusões, mas também por reinvenções e resistências que ressignificam continuamente o campo esportivo.

A análise demonstrou que o futebol nunca foi neutro: trata-se de um território atravessado por disputas de gênero, raça e classe. Se as mulheres foram interditas juridicamente ao longo do século XX e ainda hoje enfrentam desigualdades estruturais, ao mesmo tempo elas também encontraram brechas para construir práticas insurgentes. Essas práticas vão desde a organização de coletivos femininos em arquibancadas até a presença de narradoras em microfones e árbitras em jogos de expressão, mostrando que o futebol é, simultaneamente, campo de exclusão e de transformação.

A interseccionalidade aparece como chave fundamental para compreender esse processo. As experiências de mulheres negras, historicamente invisibilizadas ou representadas de forma moralizante, demonstram que o racismo se articula ao machismo para produzir barreiras ainda mais profundas. Sem considerar essas dimensões, qualquer proposta de igualdade corre o risco de se reduzir a um discurso abstrato.

Outro aspecto que emergiu das análises é que as exclusões não operam apenas nas instâncias institucionais ou formais, mas também no plano simbólico. A autoridade da voz, a credibilidade da arbitragem e a legitimidade do torcer, todos esses elementos são constantemente questionados quando protagonizados por mulheres. Nesse sentido, a luta feminina no futebol envolve tanto a conquista de espaços materiais quanto a disputa por reconhecimento cultural, desmontando estigmas que associam o futebol exclusivamente ao universo masculino.

A perspectiva do lazer, por sua vez, amplia essa discussão. Frequentar um estádio, jogar em um campo improvisado, participar de uma torcida ou narrar uma partida são práticas que também se inserem no cotidiano como formas de prazer, sociabilidade e construção identitária. Quando o acesso ao lazer é negado ou condicionado por assédio, racismo e desigualdade, não se trata apenas de um problema esportivo, mas de uma violação do direito das mulheres à experiência plena da vida cultural e social.

Nesse sentido, jogar futebol nas periferias, organizar coletivos femininos em arquibancadas ou disputar espaços no universo futebolístico significam não apenas ocupar posições, mas reinventar o próprio sentido do lazer como direito. O futebol, que tantas vezes foi utilizado para reforçar hierarquias de gênero e de raça, transforma-se em espaço de insurgência e afirmação coletiva.

Por isso, as mudanças necessárias não podem se limitar a decretos ou estatutos que mencionem igualdade de gênero. É preciso garantir políticas públicas, investimentos e práticas institucionais que reconheçam as mulheres em todas as dimensões do futebol, do lazer comunitário às competições profissionais, das arquibancadas aos cargos de gestão. Mais do que formalizar direitos, trata-se de efetivá-los em condições concretas, assegurando infraestrutura, segurança, visibilidade midiática e remuneração digna.

Em síntese, as mulheres vêm mostrando, com suas trajetórias múltiplas e diversas, que o futebol brasileiro é também um espaço de resistência e de criação. Ao ocupar gramados, cabines e arquibancadas, elas não apenas reivindicam igualdade, mas produzem novas formas de viver o esporte e o lazer. Reconhecer essa contribuição significa, ao mesmo tempo, denunciar as estruturas que insistem em excluí-las e afirmar que o futuro do futebol, para ser pleno, precisa ser radicalmente inclusivo, plural e interseccional.

Por fim, a noção de fruição presente em Gomes (2023), para quem a expressão latina *frui vita* sintetiza a ideia de desfrutar a vida em suas múltiplas manifestações culturais (Gomes, 2023), permite compreender que as lutas femininas no futebol são também lutas pelo direito de viver o lazer em sua plenitude. Ao ocuparem gramados, arquibancadas e microfones, as mulheres ampliam as fronteiras desse direito, transformando o futebol em espaço de resistência, criação e reinvenção. Reconhecer essa dimensão é fundamental para afirmar que o futuro do futebol e do lazer esportivo, depende da consolidação de práticas que sejam verdadeiramente inclusivas, plurais e capazes de acolher a diversidade de mulheres que dão vida ao jogo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Caroline Soares de. O Estatuto da FIFA e a igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do futebol feminino no Brasil. **FuLiA / UFMG**, v. 4, p. 72-87, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/14658>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- ARAÚJO, Daniela Torres de. Representação do feminino: as múltiplas identificações das torcedoras de futebol. **Record**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1-16, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/52790>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- FARIA, Eliene Lopes. **A aprendizagem da e na prática social**: um estudo etnográfico sobre as práticas de aprendizagem do futebol em um bairro de Belo Horizonte. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- FEDERATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **Estatutos de La FIFA**: Reglamento de Aplicación de los Estatutos; Reglamento del Congreso. Zurique: FIFA, 2016.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, abr./jun. 2005. Disponível: <https://revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- GOMES, Christianne Luce. Lazer – Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GOMES, Christianne Luce. **Frui Vita**: a alquimia do lazer. Ponta Grossa: Atena, 2023.
- GOMES, Christianne L. Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/430>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- GOMES, Esther. A relevância do futebol feminino no contexto sociocultural quebrando barreiras e preconceitos. **Conhecendo Online**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 56-69, 2025. Disponível em: <https://conhecendoonline.emnuvens.com.br/revista/article/view/164>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- LAGES, Carlos Eduardo Dias Munaier; SILVA, Sílvia Ricardo da. Futebol e lazer: diálogos e aproximações. **Licere**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 1-13, mar. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/738>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- LIMA, Taiane Anhanha. Representações de mulheres negras torcedoras nos campos de futebol de São Paulo no início do século XX. **Revista Aedos**, v. 13, n. 28, p. 93–125, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/116141>. Acesso em: 28 ago. 2025.

LOPES, Amanda Maria Ramos; DANTAS, Mariana de Mattos; SILVA, Silvio Ricardo da. As estratégias da torcedora de futebol para se sentir segura no estádio. **Corpoconsciência**, Cuiabá-MT, v. 28, p. 1-16, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51283/rc.28.e17205>. Acesso em: 28 ago. 2025.

LOURENÇO, Otávio Bonjiovane *et al.* A cobertura jornalística das copas de 2019 no Globoesporte.com: indícios da midiaticização do futebol de mulheres. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 44, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/Y9cY3z9bDKpD8XcST383pry/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MARTINS, Mariana Zuaneti; DELARMELINA, Gabriela Borel; SILVA, Kerzia Railane Santos. Mulheres torcedoras de futebol no Brasil: refazendo gênero no interior da cultura fanática. **FuLiA/UFGM**, v. 7, n. 2, p.70-91, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/36793>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MARTINS, Mariana Zuaneti; SILVA, Kerzia Railane Santos; VASQUEZ, Vitor. As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no brasil. **Movimento**, v. 27, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/109328>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MARTINS, Mariana Zuaneti; DELARMELINA, Gabriela Borel; SOUZA, Leticia Carvalho de. Mapeando as margens do futebol de mulheres no Brasil: um olhar interseccional sobre as experiências e as barreiras para a prática desse esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 46, p. 1-10, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/8HQBmK9xgQvxbw8frgpNQ6k/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MEDEIROS, Geovana Silva; BELEM, Isabella Caroline; LÓDE-NUNES, Meire Aparecida. Apontamentos sobre o preconceito com o futebol feminino no Brasil. **Ambivalências**. São Cristóvão, v. 12, n. 24, p. 265-284, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/n24p265>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MONTEIRO, Igor Chagas *et al.* Arbitragem em futebol como um projeto profissional de mulheres. **PEER REVIEW**. v. 5, n. 9, p. 109-124, 2023. DOI: 10.53660/445.prw1214. Acesso em: 28 ago. 2025.

MONTEIRO, Igor Chagas *et al.* Mulheres de preto: trajetórias na arbitragem do futebol profissional. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 32, n. 63, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e72680>. Acesso em: 29 ago. 2025.

PACHECO, Leonardo Turchi. A palavra e a voz no futebol: a narração esportiva e suas disputas de gênero. In: GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, Marcelo Weishaupt. (Orgs.). **O futebol nas ciências humanas no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 640-651.

SALLES. J.G.C. Futebol: um lazer mágico da cultura brasileira. **Motus Corporis**, v. 5, n. 1, 1998.

Endereço do(a) Autor(a):

Anderton Taynan Rocha Fonseca
Endereço eletrônico: anderton@hotmail.com

Stephanie de Oliveira Souza
Endereço eletrônico: ssteoliveira@gmail.com